



**UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO CRÍTICA: FORMAÇÃO DE AGRICULTORES  
FAMILIARES NO RIO GRANDE DO SUL**

**AN EXPERIENCE OF CRITICAL EXTENSION: FAMILY FARMERS TRAINING IN RIO  
GRANDE DO SUL**

Zenicléia Angelita Deggerone<sup>1</sup>

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad<sup>2</sup>

Alcemir Antonio Bagnara<sup>3</sup>

Douglas Cenci<sup>4</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados do projeto de extensão “Multiplicadores de Conhecimentos da Agricultura Familiar”, desenvolvido pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) – Unidade Universitária de Erechim, para os dirigentes sindicais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF/RS). Este trabalho é considerado um estudo descritivo, do tipo relato de experiência que fora desenvolvido pela Uergs, em 2019, para qualificar 40 dirigentes sindicais da FETRAF-RS. O projeto de extensão foi desenvolvido através da realização de cinco atividades formativas que abordaram: i) a história da agricultura familiar e o funcionamento da agricultura familiar no Brasil; ii) os sistemas políticos de produção; iii) o papel do Estado na produção de alimentos; iv) o funcionamento dos mercados agroalimentares; e, v) o cooperativismo no Brasil. O projeto de formação contribuiu para a promoção de novos saberes e o compartilhamento de experiências, proporcionando discussões coletivas, que permitiram aos cursistas assumirem uma postura mais crítica e reflexiva sobre os temas discutidos. Por fim, sugere-se que novas metodologias sejam desenvolvidas, para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem dos cursos de extensão e que estas sejam condizentes ao cotidiano dos atores sociais.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Formação. Desenvolvimento.

---

<sup>1</sup>Doutora em Desenvolvimento Rural. Professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. E-mail: zenicleiadeggerone@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-4286-4686>

<sup>2</sup> Doutora em História e Geografia. Professora da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: profleomourad@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-7676-0976>

<sup>3</sup> Mestre em Desenvolvimento Rural. Assessor | Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai. E-mail: alcebagnara@gmail.com

<sup>4</sup> Pós-graduado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. Coordenador Geral do Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai. E-mail: douglassutraf@hotmail.com

**Abstract:** This article aims to present the results of the extension project “Family Agriculture Knowledge Multipliers” developed by the State University of Rio Grande do Sul (Uergs) – Unit University of Erechim for the union leaders of the Family Agriculture Federation of Workers of Rio Grande do Sul (FETRAF/RS). This work is considered a descriptive study, of the experience report type that was developed by Uergs in 2019 to qualify 40 union leaders for FETRAF-RS. The extension project was developed by carrying out five training activities that approached: i) the history of family farming and how family farming works in Brazil; ii) the production political systems; iii) the role of the State in food production; iv) how agrifood markets works; and, v) cooperativism in Brazil. The training project contributed to the promotion of new knowledge and experiences sharing, providing collective discussions that allowed the course participants to assume a more critical and reflective stance on the topics discussed. Finally, it is suggested that new methodologies be developed to assist in the teaching-learning process of extension courses and that these will be consistent with the daily life and with knowledge of social actors.

**Keywords:** Family Farm. Academic Formation. Development.

## Introdução

*“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”<sup>5</sup>*

A extensão universitária é um dos pilares da educação superior juntamente com o ensino e a pesquisa. É de conhecimento geral que as atividades extensionistas podem levar à sociedade os conhecimentos adquiridos e produzidos pela academia e também compartilhar saberes através da interação dialógica com os atores sociais.

A construção do diálogo com os atores sociais é uma das prerrogativas da prática extensionista Freiriana que, em confluência com o debate proposto por Boaventura Sousa Santos, denominada de ‘ecologia de saberes’, propiciam uma combinação de saberes. Esse modelo de extensão crítica faz um contraponto às práticas extensionistas pautadas pela mera “transmissão de conhecimentos”, as quais pressupõem ser a Universidade o principal polo dessa relação por constituir o espaço onde o conhecimento efetivamente se encontra.

A definição que orienta a prática extensionista realizada enfatiza que a Extensão Universitária é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade<sup>6</sup>. As diretrizes que orientam a formulação e implementação das ações de extensão devem promover: interação dialógica, interdisciplinaridade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social<sup>7</sup>.

---

5 FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 34<sup>a</sup> edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

6 FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 22 Dez. 2022;

7 Ibidem;

Com base nestes preceitos, as atividades extensionistas que gerem impacto e transformação social exigem maior engajamento da comunidade universitária, para propiciar ações que estejam voltadas para os interesses e para as necessidades da população, além de propiciar desenvolvimento social e regional, bem como aprimoramento das políticas públicas.

Entre as Universidades públicas, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) possui, entre os seus princípios extensionistas, a promoção do diálogo com os movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil<sup>8</sup>. Apesar deste princípio, é importante reconhecer o protagonismo da Uergs em fomentar parcerias que contribuam para a produção e construção de conhecimentos, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável.

Por isso, desde 2016, a Unidade Universitária da Uergs, em Erechim, vem desenvolvendo ações de extensão Universitária articuladas junto ao Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai e com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF/RS). Entre as atividades desenvolvidas, a Universidade tem promovido cursos de formação para os agricultores e agricultoras familiares e lideranças sindicais que atuam à frente dessas organizações sociais.

Em 2019, a Uergs em conjunto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF/RS), desenvolveram um curso de formação para dirigentes sindicais. O projeto de extensão teve por propósito potencializar a ação dos agricultores familiares como agentes de desenvolvimento, ampliando o seu papel na construção de estratégias de intervenção e de fortalecimento da categoria da agricultura familiar.

Dada a centralidade da temática da extensão universitária crítica e emancipatória junto às organizações sociais, o propósito desse texto é apresentar os resultados do projeto de extensão “Multiplicadores de Conhecimentos da Agricultura Familiar” desenvolvido pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Unidade Universitária de Erechim para os dirigentes sindicais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF/RS).

---

<sup>8</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL - UERGS. **Resolução Conepe n.º 018/2020**. Institui e Regulamenta a Política de Extensão Universitária da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. 2020. Disponível em <https://www.uergs.edu.br/upload/arquivos/-202012/21144428-resolucao-conepe-018-2020-institui-a-politica-de-extensao.pdf>. Acesso em: 22 Dez. 2022.

O presente texto está dividido em cinco seções. Após esta introdução, a segunda seção apresenta o conjunto de diretrizes que normatiza a extensão universitária na Uergs e como os processos educativos não-formais podem contribuir para a formação de agricultores familiares. A terceira seção recupera os elementos metodológicos utilizados. Na quarta, são apresentados os resultados da ação extensionista. Por fim, na última parte, são tecidas algumas considerações e é apresentado o referencial bibliográfico utilizado neste artigo.

### **A extensão universitária na UERGS**

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) foi criada pelo Poder Público Estadual sob a forma de Fundação Pública de Direito Privado, por meio da Lei nº 11.646, de 10 de julho de 2001<sup>9</sup>. A missão da Universidade é promover o desenvolvimento regional sustentável e inclusão social, por meio da formação humana, ética e profissional, gerando, atuando e difundindo conhecimentos, tecnologias, cultura e inovação, com ações indissociáveis de ensino, de pesquisa e de extensão<sup>10</sup>.

A estrutura da Uergs é constituída por 24 Unidades Universitárias, que estão integradas em sete *Campi* Regionais, sendo: Campus Regional I é composto pelas Unidades Universitárias localizadas em Guaíba, Osório e Porto Alegre; Campus Regional II é constituído pelas Unidades Universitárias situadas em Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Encantado, São Francisco de Paula, Montenegro e Vacaria; Campus Regional III é formado pelas Unidades Universitárias estabelecidas em Cruz Alta, Erechim, Frederico Westphalen, Sananduva e Soledade; Campus Regional IV é estruturado pelas Unidades Universitárias dispostas em São Luiz Gonzaga e Três Passos; Campus Regional V é composto pelas Unidades Universitárias localizadas em Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul; Campus Regional VI é constituído pelas Unidades Universitárias situadas em Alegrete, Bagé, Santana do Livramento e São Borja; e Campus Regional VII é formado pela Unidade Universitária em Tapes<sup>11</sup>.

A Uergs, ao oferecer cursos de graduação e pós-graduação *latu e stricto sensu*, também deve promover cursos de extensão universitária; fornecer assessoria científica e

9 RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 11.646, de 10 de julho de 2001. Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 2001. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/11.646.pdf> Acesso em: 27 Dez. 2022.

10 Ibidem;

11 Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs. Superintendência de Planejamento. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2022-2032**. Porto Alegre: Uergs, 2022. Disponível em: <https://admin.uergs.rs.gov.br/upload/arquivos/202208/18173828-pdi-2022-2032-revisao-indicadores-e-metas-jul-22.pdf>. Acesso em: 27 Dez. 2022.

tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia, visando ao desenvolvimento regional sustentável<sup>12</sup>.

No âmbito de promover atividades de extensão, a Universidade possui regulamentada a política de extensão universitária. A descrição das políticas e diretrizes de extensão estão regulamentadas por meio da Resolução Conepe nº 018/2020<sup>13</sup>. Neste documento, a política de extensão é definida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre as Instituições de Ensino Superior e outros setores da sociedade, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa<sup>14</sup>.

Os objetivos da Política de Extensão da Uergs estão orientados a proporcionar uma formação acadêmica-cidadã ao estudante da Uergs; fomentar a interação entre a universidade e a sociedade; incentivar ações cujo desenvolvimento possibilite a interação intercultural e inter, multi e transdisciplinar; possibilitar o acesso ao conhecimento produzido pela universidade, contribuindo para minimizar as diferenças e as desigualdades sociais locais e regionais; promover a qualificação das ações extensionistas da Uergs, articulando-as com as atividades de ensino e de pesquisa; possibilitar ações de extensão que envolvam diversos setores e unidades da Universidade; promover a cooperação internacional, apoiando a internacionalização da extensão; promover ações articuladas com os órgãos de fomento e de estímulo às políticas públicas voltadas ao atendimento de necessidades relacionadas com as áreas temáticas da extensão; contribuir com a construção de sociedades sustentáveis, atendendo a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); planejar e executar as ações de extensão, considerando os princípios inclusivos voltados à minimização das desigualdades sociais e ao combate às formas de preconceitos, violência e desrespeito às diferenças individuais e coletivas; mobilizar a comunidade universitária para o debate e o envolvimento com a extensão na Uergs; fazer permanente articulação entre a Política de Extensão e àquelas dos fóruns de ideias e debates da extensão universitária; incorporar a extensão universitária como componente curricular dos cursos de graduação e pós-graduação da universidade<sup>15</sup>.

As atividades extensionistas desenvolvidas no âmbito da Universidade estão elencadas no Art. 13<sup>16</sup>. Entre as modalidades, a comunidade universitária pode desenvolver

---

12 Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs, op. cit., 2022;

13 Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs, op. cit., 2020.

14 Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs, op. cit., 2020.

15 Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs, op. Cit., 2020.

16 Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs, op. cit., 2020.

programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços relacionadas às seguintes áreas temáticas: comunicação; cultura e arte; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; e, trabalho.

A partir desse conjunto de diretrizes que orientam as atividades de extensão universitária desenvolvidos pelas Uergs, observa-se que a Universidade está preocupada em promover a interação dialógica entre a Instituição e a sociedade. Neste caso, programas, projetos, cursos e oficinas de extensão podem ser desenvolvidos com base em processos educativos não-formais. Essa modalidade educativa é desenvolvida em localidades que ultrapassam os muros dos espaços escolares, acontecendo nas organizações sociais visando promover inclusão e desenvolvimento social<sup>17</sup>.

### **A educação não-formal e a formação de agricultores familiares**

A aprendizagem é um processo ativo de construção de conhecimento, permeado por interações sociais, que ocorre fora de ambientes de aprendizagem formais ou em salas de aula. Os projetos de extensão que articulam a formação de agricultores familiares, quando articulados à perspectiva da educação não-formal, oferecem grandes chances de se produzirem resultados mais contextualizados à realidade dos atores sociais.

A educação não-formal<sup>18</sup> é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. Ainda de acordo com a autora<sup>19</sup>, a sua função é proporcionar conhecimento sobre o mundo, envolvendo os indivíduos e suas relações sociais. De acordo com a autora, esse tipo de educação surge do interesse e da necessidade das pessoas de cada grupo e que, quando visa à justiça social, “fortalece o exercício da cidadania”<sup>20</sup>.

O processo de ensino-aprendizagem<sup>21</sup> ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente, segundo diretrizes que são construídas pelos grupos. Ademais, na educação não-formal, existe intencionalidade na ação, ou seja, os atores sociais estão participando daquele espaço ou projeto de extensão, porque é necessário participar, aprender, transmitir ou trocar saberes.

---

17 GOHN, M. da G. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em educação**, v. 2, n. 1, p. 35-50, 2014. Disponível em: [https://epale.ec.europa.eu/sites/default/files/gohn\\_2014.pdf](https://epale.ec.europa.eu/sites/default/files/gohn_2014.pdf). Acesso em: 26 Dez. 2022.

18 GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>. Acesso em: 26 Dez. 2022. p. 28.

19 GOHN, op. cit., 2006.

20 GOHN, op. cit., 2006, p. 29;

21 GOHN, op. cit., 2006.

A finalidade desses espaços de educação não-formal é capacitar os atores sociais a se tornarem cidadãos do mundo e no mundo, com o propósito de criar oportunidades e ajudar outras pessoas a visualizar novas oportunidades de desenvolvimento. Pois, segundo a autora, a transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta da educação não-formal, porque ajuda os sujeitos sociais a atuarem coletivamente<sup>22</sup>.

Entre os resultados esperados pelos processos de educação não-formal<sup>23</sup>, os atores sociais poderão desenvolver a consciência e a organização de como agir em grupos coletivos, a reconstrução de concepção(ões) sobre o que acontece no mundo e fomentar a sentimento de identidade e atuação em demandas coletivas.

No âmbito do projeto de Extensão “Multiplicadores de Conhecimentos da Agricultura Familiar”, as atividades extensionistas foram colaborativamente planejadas de modo a contribuir para que os atores sociais atuassem no desenvolvimento local e ampliassem a sua presença na construção de estratégias de intervenção e de fortalecimento da categoria da agricultura familiar.

A proposta curricular de formação buscou abordar diferentes temáticas sociopolíticas que exercem influência sobre o cotidiano dos agricultores familiares. Desse modo, compreender o histórico da agricultura familiar no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul, verificar a interface existente entre o desenvolvimento rural com o sindicalismo e cooperativismo, entender o funcionamento dos mercados agroalimentares, analisar o desempenho do Estado na segurança alimentar e nutricional e distinguir as diferentes sistemas políticos de produção e os impactos das formas de organização da sociedade possuem implicações diretas sobre o trabalho de organização sindical e representação dos agricultores familiares.

## Metodologia

Este trabalho é considerado como um estudo descritivo, do tipo relato de experiência. O estudo descritivo<sup>24</sup> visa observar, registrar e descrever as características de um determinado fenômeno ocorrido em uma amostra ou população. O relato de experiência<sup>25</sup>, consiste em uma descrição de um determinado fato ou um conjunto de ações

---

22 GOHN, op. cit., 2006.

23 GOHN, op. cit., 2006.

24 MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

25 CASARIN, S. T.; PORTO, A. R. Relato de Experiência e Estudo de Caso: algumas considerações. **JONAH**. v. 11, n. 4, p.1-3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/-enfermagem/article/view/21998>. Acesso em: 26 Dez. 2022

que abordam uma situação vivenciada no âmbito profissional de interesse da comunidade científica.

Nesta situação, a descrição e o relato da experiência foram registradas sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão “Multiplicadores de Conhecimentos da Agricultura Familiar” que foi desenvolvido pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Unidade Universitária de Erechim para 40 dirigentes sindicais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF/RS) no ano de 2019.

Os participantes da formação eram agricultores, agricultoras e jovens que atuam na coordenação das organizações sindicais municipais da agricultura familiar de todo o Estado do Rio Grande do Sul. O projeto de extensão foi executado através da realização de cinco atividades de formação, conforme temáticas apresentadas no Quadro 1.

**Quadro 1 – Temáticas abordadas durante a realização do projeto de extensão**

<b>Etapa</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês</b>	<b>Local</b>
I	História da agricultura familiar e o funcionamento da agricultura familiar no Brasil	Maio	Erechim
II	Os sistemas políticos de produção (Capitalismo, Socialismo, Comunismo, Escravismo, Feudalismo)	Junho	Tenente Portela
III	O papel do Estado na produção de alimentos	Agosto	Constantina
IV	O funcionamento dos mercados agroalimentares	Setembro	Erechim
V	O cooperativismo no Brasil	Outubro	Erechim

Fonte: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs. **Relatório do Projeto de Extensão: Multiplicadores de Conhecimentos da Agricultura Familiar**. Erechim, 2019.

As atividades de formação foram realizadas em diferentes cidades do Rio Grande do Sul (Quadro 1), buscando propiciar aos participantes maior integração e conhecimento das realidades dos participantes. Cada módulo da formação contou com 16 horas/aula realizadas em dois dias consecutivos, sendo que quatro horas/aula foram dedicadas para a realização de atividades extraclasse que estavam associadas à temática central de cada módulo.

Para desenvolver o projeto de formação, foram utilizadas as estratégias de ensino, associadas à perspectiva tradicional, por meio de aulas expositivas-dialogadas em abordagem sociointeracionista. Nesta última perspectiva, o(a) professor(a) formador(a) atua como mediador(a) de atividades em que os cursistas trabalham e interagem coletivamente. Isso, porque a partir do intercâmbio de experiências cognitivas, afetivas e/ou comportamentais é que ocorre o desenvolvimento e a aprendizagem<sup>26</sup>.

26 VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



## O relato da ação extensionista

No primeiro momento de formação (Figura 1), foi abordada a “História da agricultura familiar e o funcionamento da agricultura familiar no Brasil: Desafios e perspectivas”. A temática buscou recuperar a história da agricultura no mundo e no Brasil, apresentando os principais períodos da história, os ciclos dos principais produtos da agricultura, as teorias clássicas do campesinato e o surgimento da agricultura familiar.

**Figura 1 – Registros fotográficos da primeira etapa de formação**



Fonte: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL - UERGS. **Relatório do Projeto de Extensão: Multiplicadores de Conhecimentos da Agricultura Familiar**. Erechim, 2019.

A atividade formativa evidenciou aos participantes que a trajetória da agricultura foi diretamente acompanhada da transformação do espaço geográfico e das técnicas que compõem as atividades humanas. Além disso, foi apresentada uma linha histórica da agricultura no mundo que iniciou no período do Neolítico (8.000 a. C. até 5.000 a. C.), passando pela Idade Antiga (4.000 a. C. até 476), Idade Média (476 a 1453), Idade Moderna (1453 a 1789) e Idade Contemporânea (a partir de 1789)<sup>27</sup>. Nesta última fase, a agricultura passou a avançar mais rapidamente, e as tecnologias inseriram-se cada vez mais intensamente com o propósito de aumentar a produtividade dos alimentos e matérias-primas.

Na sequência, os cursistas puderam revisitar algumas teorias agrárias, baseadas em correntes de pensamento agrário que apontavam para o fim da categoria social camponesa (Marx, Lênin e Kautsky) e, contrariamente, os que apostaram na reconstrução e na adaptação dos camponeses à contemporaneidade (Chayanov, Shanin).

Em suma, esta etapa proporcionou aos agricultores familiares compreender como ocorreu o desenvolvimento da agricultura, a ocupação de terras no Brasil e a formação da

<sup>27</sup> MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do Neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD / MDA, 2010.

classe social dos agricultores. Nesse sentido, foi fundamental apreender como se deu o avanço da modernização na agricultura, bem como do capitalismo para entender a formação da agricultura familiar enquanto categoria social e de trabalho e estratégica para o desenvolvimento do país.

O segundo módulo do curso de formação (Figura 2) abordou os “Sistemas políticos de produção no mundo”. O propósito desta etapa foi esclarecer e apresentar aos cursistas algumas das diferenças existentes entre os modos de produção: escravismo, o feudalismo, o mercantilismo, o capitalismo, o comunismo e o socialismo.

**Figura 2 – Registros fotográficos da segunda etapa de formação**



Fonte: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL - UERGS. **Relatório do Projeto de Extensão: Multiplicadores de Conhecimentos da Agricultura Familiar**. Erechim, 2019.

O encontro contou com a retomada da discussão dos precedentes da história antiga, medieval, moderna e contemporânea quando foram apresentadas algumas interpretações sobre os modelos políticos de produção aos agricultores familiares. Também foram analisadas as visões marxistas a partir da revolução industrial e os modos produtivos do capitalismo e as ideias weberianas do papel do Estado e da burocracia.

Em síntese, para os participantes, a compreensão desses períodos históricos, possibilitou entender como uma sociedade organiza sua economia, envolvendo as relações de trabalho e a maneira como ocorrem a produção, a distribuição e o consumo das mercadorias produzidas.

Na terceira etapa do curso de formação, foi discutido o “Papel do Estado na produção de alimentos”, quando buscou-se elucidar as ações e políticas públicas que o Estado implementou para garantir a oferta e segurança alimentar do país.

Entre os aspectos abordados, foram apresentadas as diferentes políticas alimentares implementadas no Brasil: 1930 até 1960 com o referencial orientado para a nutrição racional; 1970 a 1980, com o aporte guiado por interpretações produtivistas e de

abastecimento alimentar; 1990, com o enfoque da eficiência comercial e do foco socioassistencial; 2000 a 2015 com a perspectiva da convivência conflituosa entre o produtivismo e a segurança alimentar e nutricional (SAN); e, a partir de 2014, sob o escopo de desmantelamento das políticas alimentares<sup>28</sup>.

Em suma, durante a formação, os participantes também evidenciaram que o crescimento da população mundial tem levado os governos a desenvolver estratégias e novas parcerias para garantir a segurança alimentar de seus habitantes. O Brasil poderia contribuir com esse processo ao concentrar esforços no desenvolvimento de sistemas produtivos cada vez mais sustentáveis para produzir alimentos.

A quarta etapa do curso de formação (Figura 3) buscou resgatar o “Histórico do cooperativismo e a sua importância para a agricultura familiar no Brasil”. A exposição iniciou resgatando o início do cooperativismo moderno, que surgiu na Europa em resposta à Revolução Industrial. Ao longo de seu processo histórico, o modelo cooperativo foi internacionalizado por meio da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), com base no modelo adotado pelos pioneiros de *Rochdale* na Inglaterra. Na sequência, foram historicizadas as formas de cooperação no Brasil Colônia e Império, as terras comunitárias e coletivas, a imigração europeia do século XIX e a expansão do associativismo<sup>29</sup>.

Por fim, os agricultores familiares também conheceram as diferentes formas de cooperação presentes no meio rural brasileiro, com destaque para as cooperativas de produção, crédito, saúde, energia elétrica e de consumo. Outro aspecto levantado e problematizando durante a exposição foi sobre a importância das políticas públicas para estimular a cooperação e a criação de novos mercados, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

---

28 GRISA, C. ; PORTO, S. I. Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 61, n. 3, p. 1-20, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.259390pt>>. Acesso em: 23 Dez. 2022.

29 CHRISTOFFOLI, P. I. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. *In*: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (org.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões. 2015. p. 169-188.

**Figura 3 – Registros fotográficos da quarta etapa de formação**



Fonte: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs. **Relatório do Projeto de Extensão: Multiplicadores de Conhecimentos da Agricultura Familiar**. Erechim, 2019.

Na última etapa de formação, o tema trabalhado foi o “Funcionamento dos mercados agrícolas e financeiros no Brasil”. Durante a formação, os discentes conheceram alguns aspectos relativos à evolução do sistema de comercialização, ao papel da comercialização, às alternativas ou estratégias de comercialização para a agricultura familiar com base no atual cenário macroeconômico mundial.

A exposição trouxe elementos que fizeram compreender a dinâmica do mercado mundial de produtos agrícolas e das bolsas de mercadorias e futuros. A oscilação de períodos de importação e exportação e a internalização da demanda e dos preços internacionais têm influenciado toda a agricultura nacional, e não apenas aquela ligada às exportações. No Brasil, os mercados externos cresceram em importância a partir da década de 1990, pela ampliação das importações que acirraram a concorrência no mercado interno, levando à crise, reestruturação e concentração da produção; pelas fusões e aquisições de empresas brasileiras por grupos estrangeiros nos setores de alimentos e agroquímicos; pela ampliação das exportações brasileiras de produtos agrícolas; pela ampliação dos financiamentos de lavouras no Brasil pelas *tradings* internacionais<sup>30</sup>.

Por fim, entre os agricultores familiares foram debatidas as principais mudanças que ocorrem no espaço agrícola mundial decorrente do crescimento dos investimentos financeiros em *commodities* agrícolas. Também discutiu-se como, diante dessa conjuntura, a agricultura familiar deveria cumprir com o propósito de garantir a segurança e soberania alimentar do país.

Os conteúdos abordados através de processos educativos não-formais durante a execução deste projeto de extensão tiveram a intencionalidade de construir a capacidade

30 MEDEIROS, M. C. A geografia do mercado mundial de produtos agroalimentares e o papel do Brasil. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 31, p. 260-279, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/32943/23011>>. Acesso em: 23 Dez. 2022.

crítica, analítica e reflexiva dos atores sociais. Buscou-se privilegiar, de um lado, a proatividade e, de outro, a visão sistêmica e estratégica, voltada à ação prática dos agricultores familiares nas organizações sindicais.

Os agricultores familiares, ao retornarem às localidades, comunidades ou municípios de origem, devem informar e sensibilizar os demais atores sociais sobre a conjuntura socioeconômica do país. Além disso, os cursistas possuem o compromisso de atuar coletivamente para construir novas oportunidades, sejam estas, através de projetos de intervenção ou de políticas públicas para a agricultura familiar.

O projeto de formação contribuiu para a promoção de novos saberes e o compartilhamento de experiências, proporcionando discussões coletivas, que permitiram aos cursistas assumirem uma postura mais crítica e reflexiva sobre os temas discutidos. Esse diálogo entre os vários saberes são considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas intervêm<sup>31</sup>.

Contudo, no processo de ensino-aprendizagem as futuras atividades deverão levar em consideração alguns aspectos, que foram apontados durante a avaliação do projeto de extensão. Entre estes aspectos que merecem atenção, os cursistas apontaram a necessidade de: a) Inclusão de novas metodologias de ensino-aprendizagem durante a realização das atividades de formação; b) os formadores utilizarem metodologias aplicadas ao cotidiano da agricultura familiar; c) disponibilizar materiais de apoio aos cursistas; d) acompanhamento e monitoramento contínuo das atividades realizadas para evitar a evasão dos alunos cursistas.

Dos pontos evidenciados na avaliação, observa-se a necessidade de uso de novas metodologias e que essas ferramentas metodológicas sejam mais condizentes ao cotidiano e ao conhecimento dos atores sociais. Esses elementos são decisivos para construir novos projetos de extensão, pois evidencia-se que é necessário que o trabalho educacional parta da realidade, possibilitando, assim, o diálogo e a reflexão com suporte na relação existente entre a teoria e a prática<sup>32</sup>. Nesse contexto e perspectiva, o exercício é atingido quando o aporte teórico é relacionado ao cotidiano dos discentes/cursistas.

Para isso, a execução de um projeto de extensão juntamente com os formadores exige necessariamente que se tenha consciência de que o outro não tenha apenas necessidade de saber, mas entender para usar o conhecimento em prol da transformação da sua realidade<sup>33</sup>. Dessa forma, a Extensão Universitária deve oferecer aportes para que os

---

31 DE SOUSA SANTOS, B. **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

32 FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 19 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

33 Ibidem;

cursistas possam mudar a realidade de forma consciente, entendendo o seu papel como agente dessa transformação e catalisador de uma mudança que, sem sua atuação, não pode acontecer.

Entretanto, a experiência extensionista relatada desenvolveu atividades pautadas em uma concepção de extensão como princípio educativo/formativo, uma vez que possibilitou a construção de saberes por meio de uma relação dialógica entre a universidade e a comunidade. Isso significa que as atividades desenvolvidas não apresentaram uma perspectiva assistencialista ou de prestação de serviços, possibilitando, dessa forma, que a relação homem-mundo<sup>34</sup> pudesse ser um processo dinâmico. Assim, também contribuiu para a construção de processos educativos não-formais que levam à emancipação.

Convém destacar que este projeto de extensão cumpre com a função social e educacional, na implementação de ações de caráter teórico-prático para a promoção do conhecimento, do acesso ao saber, de forma participativa e dialógica, gerando inclusão social e contribuindo com o desenvolvimento local das instituições.

### **Considerações finais**

Este trabalho apresentou os resultados do projeto de extensão “Multiplicadores de Conhecimentos da Agricultura Familiar”, desenvolvido pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Unidade Universitária de Erechim, para 40 dirigentes sindicais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF/RS).

Dentre as atividades desenvolvidas pela Universidade, através de suas ações extensionistas, o projeto desenvolveu cinco atividades formativas, que abordaram: i) a história da agricultura familiar e o funcionamento da agricultura familiar no Brasil; ii) os sistemas políticos de produção; iii) o papel do Estado na produção de alimentos; iv) o funcionamento dos mercados agroalimentares; e, v) o cooperativismo no Brasil.

Dentre os benefícios propiciados pela atividade extensionista, o projeto de formação contribuiu para a promoção de novos saberes e o compartilhamento de experiências, proporcionando discussões coletivas que permitiram aos dirigentes sindicais assumirem uma postura mais crítica e reflexiva sobre os temas discutidos. No entanto, os cursistas apontaram a necessidade de alguns ajustes metodológicos, no que se referem: à inclusão de novas metodologias de ensino-aprendizagem durante a realização das atividades de formação; os formadores utilizarem metodologias aplicadas ao cotidiano da agricultura familiar; disponibilizar materiais de apoio aos cursistas; e acompanhamento e

---

34 Ibidem;

monitoramento contínuo das atividades realizadas para evitar a evasão dos alunos cursistas.

Entretanto, a experiência extensionista relatada desenvolveu atividades pautadas sob uma concepção de extensão como princípio educativo/formativo, uma vez que possibilitou a construção de saberes por meio de uma relação dialógica entre a universidade e a comunidade. Por fim, destaca-se que este projeto de extensão cumpre com a função social e educacional ao gerar inclusão social, contribuindo com o desenvolvimento local das organizações sociais do meio rural.